

ATA DE REUNIÃO (nº 279)

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em cumprimento ao que estabelecem a Lei Complementar nº 139, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município e estrutura a RIOPRETOPREV, e a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018, e suas alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, por videoconferência, composto pelos membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima, CP RPPS CODEL II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique Martins Biot (CEA ANBIMA e CP RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV III e CP RPPS DIRIG I), Patrícia Nato Toninato Bartolomei (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV III) e Wilclem de Lazari Araújo (CPA-10 Anbima, CP RPPS CGINV III, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III). A reunião realizou-se por videoconferência, tendo sido previamente convocada pela coordenação do Comitê, com disponibilização da pauta aos membros, sem registro de impugnação à convocação ou à ordem dos trabalhos. Registrou-se a presença de 5 (cinco) membros, correspondentes à totalidade da composição do Comitê, restando atendido o quórum de instalação e deliberação. Registra-se que todos os membros mantêm vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora, sendo servidores efetivos e segurados do RPPS, em atendimento à composição exigida pelo item 3.2.7 do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1, para o Nível IV de aderência. A reunião teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da Ata de Reunião Anterior; III - Deliberação sobre credenciamentos (Banco do Brasil SA, BB Gestão de Recursos DTVM SA, fundos BB MM Global Select Equity IE FI e BB Ações Nordea Global Climate and Environment IS IE FI, Intrag DTVM Ltda, Itaú Unibanco SA, Itaú Asset Management Ltda, Kinea Private Equity Investimentos AS, fundo Kinea Private Equity V Feeder Inst I FIP ME RL e outros se houver); IV - Avaliação da Carteira de Investimentos do mês anterior e análise da conjuntura econômica, na seguinte ordem: a) Análise do cenário macroeconômico; b) Evolução do orçamento e fluxo de caixa; c) Desempenho dos investimentos no mês de julho/2026; V - Análise do Relatório Analítico do 1º semestre/2026 dos Ativos da Carteira de Investimentos da Riopretoprev; VI - Discussão e deliberações quanto aos novos investimentos (se houver); VII – Discussão para emissão de Nota Técnica sobre o segmento de Empréstimos Consignados.** A coordenadora do Comitê de Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Antes de adentrar nos itens da pauta, Patrícia Nato Toninato Bartolomei comunicou aos demais membros que Mário José Piccarelli de Castro obteve a certificação CP RPPS CGINV III, correspondente ao nível avançado exigido para atuação na gestão dos investimentos dos RPPS. Em razão disso, registrou-se que todos os integrantes do Comitê de Investimentos passaram a possuir certificações de nível avançado compatíveis com as exigências aplicáveis à área de

39 investimentos no âmbito do Pró-Gestão RPPS, fato que evidencia o comprometimento do
40 colegiado com o aprimoramento técnico contínuo, a capacitação profissional e a observância
41 das melhores práticas de governança e gestão previdenciária. Na sequência, passou-se à
42 apreciação da ata da reunião ordinária anterior, realizada em 10/08/2026, previamente
43 disponibilizada aos membros para análise. Após consulta aos presentes, não foram
44 apresentadas sugestões de alteração ou ressalvas ao seu conteúdo. Colocada em votação, **a Ata**
45 **nº 277, de 10/08/2026, foi aprovada por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis,**
46 **sem votos contrários, abstenções ou declaração de impedimento.** Na sequência, Patrícia
47 Nato Toninato Bartolomei apresentou os processos de credenciamento constantes da pauta,
48 informando que haviam sido disponibilizados para análise os documentos referentes ao
49 conglomerado Banco do Brasil e ao conglomerado Itaú. Com relação ao conglomerado Banco
50 do Brasil, foram analisados os processos de credenciamento do distribuidor Banco do Brasil
51 S.A., da gestora BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e
52 dos fundos BB Multimercado Global Select Equity Investimento no Exterior FIF RL e BB
53 Ações Nordea Global Climate and Environment IS Investimento no Exterior FIF RL.
54 Durante a análise, registrou-se que os referidos fundos internacionais vinham sendo
55 acompanhados pelo Comitê em razão de suas características e do quantitativo relativamente
56 reduzido de cotistas, observando-se que seus desempenhos não reproduziam de forma integral
57 os índices de referência, em razão da própria estratégia de gestão adotada. Em seguida, Patrícia
58 Nato Toninato Bartolomei apresentou os credenciamentos relacionados ao conglomerado
59 Itaú, abrangendo a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade
60 de administradora, o Itaú Unibanco S.A., como administrador e distribuidor, a Itaú Unibanco
61 Asset Management Ltda., como gestora, a Kinea Private Equity Investimentos S.A., como
62 gestora, o fundo Kinea Private Equity V Feeder Institucional I FIP RL e também a Itaú
63 Corretora de Valores S.A., responsável pela distribuição de títulos. Registrou-se que o fundo
64 Kinea Private Equity V encontrava-se em fase avançada do período de investimentos e que a
65 Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. já exercia atividades de
66 administração em outros veículos acompanhados pelo Instituto, não tendo sido identificada
67 qualquer inconsistência na documentação apresentada. Patrícia Nato Toninato Bartolomei
68 informou, ainda, que o credenciamento do fundo Itaú Dunamis não foi submetido à
69 apreciação naquela oportunidade, tendo em vista a existência de situação de
70 desenquadramento passivo que ainda demandava providências de regularização por parte do
71 administrador e do gestor. Registrou, também, que permaneciam em andamento ajustes
72 relacionados à forma de classificação dos investidores junto à Comissão de Valores
73 Mobiliários. Não havendo novas manifestações, os processos foram submetidos à votação e
74 **os membros aprovaram, por unanimidade, com encaminhamento para referendo pelo**
75 **CMP, os credenciamentos: Distribuidor: BANCO DO BRASIL AS, CNPJ:**
76 **00.000.000/0001-91; Administrador/Gestor: BB GESTAO DE RECURSOS -**

77 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., CNPJ:
78 30.822.936/0001-69; Administrador: INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
79 VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 62.418.140/0001-31;
80 Administrador/Distribuidor: ITAU UNIBANCO S.A., CNPJ: 60.701.190/0001-04;
81 Gestor: KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A., CNPJ:
82 04.661.817/0001-61; Gestor: ITAU UNIBANCO ASSET MANAGEMENT LTDA,
83 CNPJ: 40.430.971/0001-96; Distribuidor: ITAU CORRETORA DE VALORES S/A,
84 CNPJ nº 61.194.353/0001-64; Fundos: BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT
85 EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIF RL, CNPJ: 17.413.636/0001-68; BB
86 AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IS
87 INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIF RL, CNPJ: 28.578.936/0001-13; KINEA
88 PRIVATE EQUITY V FEEDER INSTITUCIONAL I FIF RL, CNPJ:
89 41.745.796/0001-99. Ato contínuo, com relação ao item IV da pauta, a fim de seguir o
90 procedimento exposto no item 3.2.7 do Manual do Pró-Gestão RPPS, procedeu-se à
91 análise dos seguintes itens, observadas as alíneas “a” a “d” daquele dispositivo: a)
92 **Análise do Cenário Macroeconômico.** Foi verificado, além do Relatório Macroeconômico
93 da i9 Advisory Consultoria – RPPS Ltda, outras fontes dos bancos com os quais a
94 Riopretoprev se relaciona, e as notícias mais recentes divulgadas, destacando: *Na semana anterior*
95 *a 24/08/2026, os mercados financeiros apresentaram forte recuperação, impulsionados pela melhora do*
96 *ambiente de risco doméstico, pelo avanço do diálogo diplomático entre Brasil e Estados Unidos e pelo fechamento*
97 *da curva de juros. Nesse contexto, o Ibovespa avançou 1,85%, aos 171.031,73 pontos, acumulando alta de*
98 *2,45% na semana, embora ainda registrasse queda de 3,91% em agosto. No cenário internacional, a retomada*
99 *das negociações entre Brasília e Washington contribuiu para reduzir a aversão ao risco, enquanto os principais*
100 *índices de Wall Street encerraram a sessão em alta. No mercado doméstico, o desempenho da bolsa foi sustentado*
101 *principalmente pelas ações do setor financeiro e do varejo, beneficiadas pela queda das taxas futuras de juros.*
102 *No mercado de câmbio, o dólar comercial recuou 0,93%, fechando cotado a R\$ 5,144. Já no mercado de juros,*
103 *a curva de DI apresentou forte fechamento das taxas ao longo de todos os vencimentos, especialmente nos prazos*
104 *mais longos, refletindo a redução dos prêmios de risco. Esse movimento gerou ganhos por marcação a mercado*
105 *nos títulos públicos de maior duration e reforçou a atratividade das carteiras de renda fixa indexadas à inflação*
106 *e prefixadas.* Em seguida, os membros avaliaram as projeções do Boletim Focus divulgado no
107 dia 24/08/2026, referente a 21/08/2026, que trouxe as seguintes projeções: IPCA (Índice
108 Nacional de Preços ao Consumidor Amplo): em 2026, a projeção ficou em 5,02%; em 2027, subiu para
109 4,25%; em 2028 ficou em 3,80%; e 2029, ficou em 3,50%. PIB (Produto Interno Bruto): a projeção para
110 2026 caiu para 1,95% e 2027 ficou em 1,50%; em 2028 subiu para 1,98% e 2029, ficou em 2,00%.
111 Taxa de Câmbio: em 2026 ficou em R\$ 5,20; para 2027, subiu para 5,30; 2028, ficou R\$ 5,30; em 2029
112 ficou em R\$ 5,36. Taxa Selic: Em 2026 ficou em 13,75%; para 2027 em 12,00%; para 2028 em 10,50%
113 e 2029, manteve-se 10,00%. Para os próximos meses, as projeções de IPCA são: -0,18% para agosto, 0,52%
114 para setembro e 0,33% para outubro de 2026. **Com relação ao item b) Evolução do Orçamento**

115 e fluxo de caixa: o Sr. Adriano Antônio Pazianoto apresentou o balancete contábil de
 116 julho/2026: No período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 23.250.499,01, sendo: Contribuições
 117 dos 5.463 servidores ativos – R\$ 6.305.134,60; Contribuições dos Aposentados e Pensionistas -
 118 R\$ 1.190.022,45; Contribuição Patronal Normal – R\$ 10.497.645,63; Contribuição Patronal
 119 Suplementar – R\$ 172.582,24; Parcelamentos – R\$ 3.609.666,93; Aportes Periódicos - R\$ 0,00;
 120 COMPREV – R\$ 813.839,48; Receita Patrimonial – R\$ 236.900,82; Restituições da Folha de
 121 Pagamento – R\$ 1.767,11; Outras Receitas – R\$ 422.939,75. No período, as despesas equivaleram a
 122 R\$ 25.144.360,80, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1.941 aposentadorias:
 123 R\$ 22.886.055,91; ii) com 255 pensões: R\$ 1.704.408,92; iii) com pagamento de benefícios em decorrência
 124 de ordem judicial: R\$ 23.072,96; iv) indenizações e restituições trabalhistas – R\$ 0,00; v) despesas com
 125 compensação previdenciária – R\$ 12.249,92; b) Despesas administrativas – R\$ 518.573,09. Conclui-se,
 126 com análise da peça, um resultado orçamentário deficitário de R\$ 1.893.861,79 no mês e superavitário de
 127 R\$ 21.357.832,19 no ano, e um resultado previdenciário superavitário de R\$ 2.092.674,84 no mês e de
 128 R\$ 43.821.491,59 no ano. **c) Desempenho dos investimentos no mês de julho de 2026: DA**
 129 **AVALIAÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS**
 130 **DE JULHO DE 2026: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS**
 131 **DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025:** Transição
 132 Regulatória – Atualização do Marco Normativo: A partir de 02 de fevereiro de 2026 entrou em vigor a
 133 Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a regulamentar as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios
 134 de Previdência Social (RPPS), substituindo a Resolução CMN nº 4.963/2021. A nova regulamentação
 135 introduziu atualizações relevantes no arcabouço de investimentos previdenciários, incluindo novos critérios
 136 relacionados à governança, à classificação prudencial das instituições financeiras, aos limites de participação de
 137 recursos de RPPS em fundos de investimento e à reorganização dos segmentos de aplicação. Em razão dessas
 138 alterações regulatórias, algumas aplicações existentes na carteira apresentam situações de desenquadramento
 139 passivo, caracterizadas quando o desenquadramento decorre de mudanças normativas ou fatores alheios à
 140 decisão de investimento da Autarquia. Enquadramento da Carteira por Segmento: A conformidade com a
 141 Resolução CMN n.º 5.272/2025 abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda Fixa: 78,65% do PL
 142 (Limite 100%, Art. 7º); Renda Variável: 8,92% do PL (Limite 50%, Art. 8º); Investimentos no Exterior:
 143 3,21% do PL (Limite 10%, Art. 9º); Investimentos Estruturados: 9,23% do PL (Limite 20%, Art. 10º).
 144 Distribuição da Carteira por Classe de Ativo: Adentrando no detalhamento de cada segmento: Renda Fixa:
 145 Art. 7º, I => 4,43% PL - Limite 100%; Art. 7º, III => 64,08% PL - Limite 100%; Art. 7º, V =>
 146 8,25% PL - Limite 80%; Art. 7º, VI => 1,89% PL - Limite 20%; Renda Variável: Art. 8º, I =>
 147 4,76% PL - Limite 40%; Art. 8º, III => 4,16% PL - Limite 10%; Investimentos no Exterior: Art. 9º,
 148 II => 1,01% PL - Limite 10% no total de IE; Art. 9º, III => 2,20% PL - Limite 10% no total de IE;
 149 Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 5,54% PL - Limite 15%; Art. 10º, III => 3,69% PL -
 150 Limite 10%. Limite Global: De acordo com Art. 14, os RPPS ficam sujeitos a um limite global, no conjunto
 151 dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários de 60% do PL para Nível
 152 IV do Pró-Gestão RPPS. Riopretoprev = 18,15% do PL. Participação da RioPretoPrev nos Fundos de

Investimento: No que diz respeito aos limites em relação ao PL da RioPretoPrev (Art. 18º), excetuados as aplicações de emissão do Tesouro Nacional, o maior percentual é do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO representando 5,53% do PL. FI BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA seguido do CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP que ocupam o 2º e 3º lugares, com 5,53% e 3,15% do PL, respectivamente. Controle da Participação de RPPS no Patrimônio Líquido dos Fundos: Nos termos do Art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, o maior percentual em relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um fundo, é de 3,13%, sendo atribuído ao fundo KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME. Os dois seguintes, com 2,73% e 2,21% do PL, são, respectivamente, BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF. Entretanto, de acordo com §2º os fundos deverão limitar a participação total dos RPPS em até 50% de seu PL (exceto durante doze meses iniciais; fundos 100% TP e outras situações trazidas na Resolução), e com a entrada em vigor da RES. CMN nº 5.272/2025 a Riopretoprev passou a ter casos de desenquadramento passivo para alguns fundos, que será detalhado no item sobre “Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025”. Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025: Em razão da entrada em vigor da nova regulamentação, algumas aplicações apresentam situações pontuais de desenquadramento passivo relacionadas principalmente à classificação prudencial das instituições financeiras ou ao percentual de participação de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Essas situações decorrem de alterações regulatórias supervenientes e não de novas decisões de investimento. Síntese da Situação da Carteira: A análise consolidada demonstra que a carteira de investimentos da RioPretoPrev atende aos limites por segmento, ao limite global aplicável e às diretrizes da Política de Investimentos, ressalvadas as situações de desenquadramento passivo identificadas e detalhadas neste relatório. A conclusão de conformidade é sustentada pela data-base de 31/07/2026, pelas memórias de cálculo, pelos relatórios de enquadramento, pelas informações dos administradores e gestores e pelos registros das diligências realizadas. A manutenção dessa condição depende do monitoramento contínuo dos limites, da classificação prudencial das instituições, da participação conjunta dos RPPS no patrimônio líquido dos fundos e do cumprimento dos planos de ação e prazos de reenquadramento. As situações de desenquadramento identificadas decorrem exclusivamente da entrada em vigor da nova regulamentação, caracterizando desenquadramentos passivos relacionados, principalmente: à classificação prudencial das instituições administradoras ou gestoras dos fundos de investimento; ao percentual de participação conjunta de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Todos os casos encontram-se devidamente identificados, monitorados e diligenciados pelo Comitê de Investimentos e pela área técnica responsável, com acompanhamento contínuo junto às instituições financeiras, administradores, gestores e distribuidores envolvidos, inclusive quanto às medidas, cronogramas e alternativas apresentadas para eventual reenquadramento. Destaca-se, ainda, que parte relevante das situações já possui tratativas em andamento para regularização, incluindo processos de reenquadramento prudencial de instituições financeiras, alterações estruturais em fundos e estudos de reorganização operacional por parte das administradoras. Adicionalmente, observa-se que a própria Resolução CMN nº 5.272/2025 prevê prazo de até dois anos para permanência de recursos em situação de desenquadramento passivo, não havendo, desde sua vigência, realização de novas

191 alocações discricionárias em ativos desenquadrados. Assim, as decisões do Comitê de Investimentos permanecem
 192 pautadas pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, aderência atuarial e
 193 preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O
 194 ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE
 195 INVESTIMENTOS: Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da i9 Advisory Consultoria –
 196 RPPS Ltda, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em conformidade com a Política de
 197 Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. A análise dos diferentes segmentos, de acordo com os
 198 artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos: Renda
 199 Fixa: Art. 7º, I => 4,43% do PL (Objetivo: 2,50%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, III => 64,08%
 200 do PL (Objetivo: 59,70%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, V => 8,25% do PL (Objetivo: 9,00%;
 201 Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, VI => 1,89% do PL (Objetivo: 1,80%; Limite entre 0% e 10%);
 202 Renda Variável: Art. 8º, I => 4,76% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 30%). Art. 8º, III
 203 => 4,16% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos no Exterior: Art. 9º, II =>
 204 1,01% do PL (Objetivo: 1,00%; Limite entre 0% e 10%); Art. 9º, III => 2,20% do PL (Objetivo: 3,0%;
 205 Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 5,54% do PL (Objetivo: 7,00%;
 206 Limite entre 0% e 15%); Art. 10º, III => 3,69% do PL (Objetivo: 4,50%; Limite entre 0% e 10%).
 207 Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça a eficácia da gestão de investimentos da
 208 RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na Política de Investimentos.
 209 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E BENCHMARKS: A
 210 alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da RIOPRETOPREV é detalhada a seguir:
 211 Banco do Brasil (R\$ 9,37 mi; 1,29% do PL): 04 fundos: 2 Invest. Exterior, 1 RV BDR e 1 RF. Caixa
 212 (R\$ 66,51 mi; 9,12% do PL): 6 fundos: 1 RV local, 1 RV BDR, 6 RF. Notáveis: fundos DI. Bradesco
 213 (R\$ 40,34 mi; 5,53% do PL): 01 fundos: RF DI; Destaque: Fundo DI Premium, um dos melhores do
 214 segmento no mercado de RPPS. XP Investimentos (R\$ 14,22 mi; 1,95% do PL): 04 fundos: RV dividendos,
 215 Invest. Exterior e 2 FIPs (Pátria Investimentos e XP Selection Prime): Custódia das NTN-Bs (R\$ 467,4
 216 mi; 64,08% do PL): Custódia LF BTG Pactual (R\$ 13,8 mi; 1,89% do PL). Santander (R\$ 7,14 mi;
 217 0,98% do PL): 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$ 13,99 mi;
 218 1,92% do PL): 01 fundos: RV BDR. Kinea/Lions (R\$ 12,32 mi; 1,69% do PL): 01 fundo: FIP
 219 adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 4,63 mi; 0,64% do PL): 01 fundo: FIP
 220 em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 52,17 mi; 7,15% do PL): 05 fundos: RV de ações valor,
 221 Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de
 222 captação de recursos e exterior multimercado. Banco Daycoval (R\$ 20,39 mi; 2,8% do PL): 03 fundos: 1
 223 RV com gestão Tarpon e um com gestão Guepardo, ambos de ações valor; 1 FIP gestão Tarpon. Vinci
 224 Compass (R\$ 1,77 mi; 0,24% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. Itaú Unibanco (R\$ 2,57 mi;
 225 0,35% do PL): 01 fundo: RV com pequena exposição em IE. Banco Safra (R\$ 2,78 mi; 0,38% do PL):
 226 01 fundo: RV dividendos. Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa da RIOPRETOPREV, buscando
 227 otimizar o retorno e gerenciar riscos eficientemente. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA
 228 CARTEIRA E COMENTÁRIOS SOBRE A PERFORMANCE DOS FUNDOS E

229 RESPECTIVOS SEGMENTOS: RENDA FIXA: Ao final do mês de julho, 78,65% dos recursos
230 (R\$ 573,63 milhões) estavam alocados em Renda Fixa, em conformidade com a Resolução CMN nº
231 5.272/2025 (art. 7º). O segmento apresentou rentabilidade média de 0,72% no mês, mantendo sua posição
232 como principal fonte de estabilidade e geração de retorno da carteira. O período foi marcado por recuperação dos
233 ativos de renda fixa indexados à inflação, após o desempenho mais fraco observado em junho. A melhora do
234 ambiente inflacionário doméstico, evidenciada pela divulgação de um IPCA de apenas 0,07% em julho e pela
235 redução da inflação acumulada em 12 meses para 4,44%, contribuiu para uma acomodação das taxas reais
236 de juros e favoreceu os títulos públicos indexados ao IPCA. Nesse contexto, o IMA-B registrou valorização
237 de 0,97% no mês. Os ativos pós-fixados continuaram apresentando desempenho sólido, beneficiados pelo elevado
238 nível da taxa Selic, enquanto os títulos prefixados mantiveram evolução positiva e mais moderada,
239 acompanhando a perspectiva de continuidade gradual do processo de flexibilização monetária. No cenário
240 doméstico, os dados econômicos reforçaram a percepção de moderação gradual da atividade, sem caracterizar
241 desaceleração abrupta. O mercado de trabalho permaneceu aquecido, com desemprego em níveis historicamente
242 reduzidos, enquanto a inflação apresentou comportamento mais benigno que o esperado. Embora a redução da
243 inflação corrente tenha trazido maior conforto para a política monetária, o Banco Central continuou destacando
244 as expectativas de inflação desancoradas e os riscos fiscais como fatores que justificam cautela na condução dos
245 juros. Esse ambiente favoreceu a estratégia de manutenção de uma carteira concentrada em títulos públicos
246 federais e ativos pós-fixados, proporcionando retornos consistentes e baixa volatilidade relativa. Ao final de
247 julho, a carteira de Renda Fixa permaneceu composta por nove fundos ativos, representando 12,68% da
248 carteira total. Desse montante, seis fundos classificados no Artigo 7º, inciso I, totalizavam 4,43% do
249 patrimônio e apresentaram rentabilidade média de 1,16% no mês. Observamos aqui que, ao final do mês,
250 houve desinvestimento total do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF -
251 RESP LIMITADA. Os três fundos referenciados ao CDI, enquadrados no Artigo 7º, inciso V,
252 representavam 8,25% da carteira e registraram retorno médio de 1,25%, beneficiados pelo elevado carrego
253 proporcionado pelas taxas pós-fixadas. Em relação aos títulos públicos federais marcados na curva, o segmento
254 encerrou o mês com participação de 64,08% do patrimônio da carteira e apresentou rentabilidade média de
255 0,62%, contribuindo com R\$ 2,89 milhões para o resultado mensal. Mesmo diante da redução gradual das
256 expectativas para a Selic, os títulos continuaram oferecendo retornos consistentes, impulsionados principalmente
257 pelo carregamento dos papéis indexados à inflação. As Letras Financeiras emitidas pelo Banco BTG Pactual
258 representavam 1,89% da carteira ao final do período e apresentaram rentabilidade média de 0,82% no mês,
259 acumulando retorno de 8,43% no ano, desempenho superior à meta atuarial no período. Entre os destaques do
260 segmento, sobressaíram os fundos BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI
261 PREMIUM RESP LIMITADA, com rentabilidade de 1,26%, e CAIXA BRASIL MATRIZ FIF
262 RENDA FIXA, com retorno de 1,23%, ambos beneficiados pela manutenção das elevadas taxas pós-fixadas
263 e pelo desempenho favorável dos ativos indexados ao CDI. De forma geral, a Renda Fixa encerrou o mês com
264 valorização financeira de R\$ 4.130.195,17, rentabilidade média de 0,72% em julho e retorno acumulado de
265 7,26% em 2026, mantendo-se como o principal pilar de sustentação do desempenho da carteira e contribuindo
266 decisivamente para o cumprimento da meta atuarial no exercício. RENDA VARIÁVEL: No mês de

267 julho, 8,92% (R\$ 65,05 milhões) dos recursos terminaram alocados em Renda Variável, conforme a Resolução
268 n.º 5.272/2025 (art. 8º): em fundos de ações (Art. 8º, I), 4,76% da carteira e se valorizaram em média
269 3,13% no mês. E em fundos BDR (Art. 8º, III), 4,16% da carteira e desvalorizaram em média -1,74% no
270 mês. Em julho de 2026, a renda variável doméstica apresentou recuperação após quatro meses consecutivos de
271 desempenho negativo. O Ibovespa avançou 3,47%, impulsionado pela melhora do humor dos investidores diante
272 da inflação abaixo das expectativas, pela valorização do real frente ao dólar e pela perspectiva de continuidade
273 do processo de flexibilização monetária. O movimento beneficiou principalmente empresas mais ligadas ao
274 mercado doméstico, embora o desempenho não tenha sido homogêneo entre os diversos segmentos da bolsa. O
275 Índice de Dividendos (IDIV) registrou alta de 3,00%, enquanto o índice Small Caps permaneceu pressionado,
276 encerrando o mês com queda de 0,77%, refletindo uma postura ainda seletiva dos investidores diante do cenário
277 econômico. Os recursos enquadrados no Art. 8º, inciso I, permaneceram distribuídos entre estratégias de
278 dividendos, ações livres, gestão quantitativa e fundos com viés de valor. O segmento apresentou desempenho
279 amplamente positivo, com destaque para o fundo GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIF, que
280 registrou valorização de 10,97% no mês, beneficiando-se da recuperação de ativos descontados e da melhora do
281 mercado acionário doméstico. Na outra ponta, o principal detrator foi o ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIF,
282 que apresentou desvalorização de -5,71%. No segmento de BDRs (Art. 8º, III), o desempenho foi impactado
283 pela valorização do real frente ao dólar, que reduziu os retornos dos ativos internacionais quando convertidos
284 para moeda local. Todos os fundos da classe encerraram o mês com resultado negativo. O WESTERN
285 ASSET FIF AÇÕES BDR NÍVEL I apresentou a menor queda do segmento, com -1,35%. Em conjunto,
286 os fundos BDR acumularam perda financeira de R\$ 537.524,40 no mês. Não tivemos movimentações no
287 segmento nesse mês. De forma geral, a renda variável encerrou julho com valorização financeira de
288 R\$ 514.229,65, correspondente a uma rentabilidade média de 0,80% no mês, beneficiada principalmente pela
289 recuperação do mercado acionário brasileiro, parcialmente compensada pelo desempenho negativo dos fundos
290 atrelados aos mercados internacionais via BDRs. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: No mês de
291 julho, 3,21% (R\$ 23,40 milhões) dos recursos estavam alocados em Investimentos no Exterior, em
292 conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025 (art. 9º). O segmento apresentou rentabilidade média
293 negativa de -2,71% no mês, refletindo principalmente os efeitos da valorização do real frente ao dólar e o
294 desempenho moderado dos mercados internacionais quando convertidos para a moeda brasileira. O cenário
295 internacional em julho de 2026 foi marcado pela continuidade do processo de desinflação nas economias
296 desenvolvidas, pela manutenção dos juros pelo Federal Reserve e pela redução das preocupações relacionadas ao
297 choque energético observado nos meses anteriores. Nos Estados Unidos, a atividade econômica permaneceu
298 resiliente, sustentada pelos investimentos em inteligência artificial, enquanto o mercado de trabalho apresentou
299 sinais de moderação. Na Europa, o crescimento econômico surpreendeu positivamente e o Banco Central
300 Europeu manteve postura cautelosa diante de uma inflação ainda acima da meta. Nesse ambiente, os principais
301 índices internacionais registraram desempenho modesto em moeda local, com o MSCI World avançando 0,46%
302 e o S&P 500 recuando apenas 0,13%. Entretanto, a apreciação de 1,92% do real frente ao dólar reduziu os
303 retornos para o investidor brasileiro, resultando em desempenho de -1,46% para o MSCI World em reais e
304 -2,04% para o S&P 500 em reais. Dessa forma, o efeito cambial foi o principal responsável pelo resultado

negativo do segmento no período. Nos fundos de Investimento no Exterior destinados a Investidores Qualificados (Art. 9º, II) permaneceram alocados 1,01% do patrimônio da RioPretoPrev, correspondentes a R\$ 7,36 milhões, e o grupo apresentou rentabilidade média de 0,10% no mês. Apesar do resultado próximo da estabilidade, houve grande dispersão entre os desempenhos individuais dos fundos. Nos fundos de Investimento no Exterior destinados a Investidores em Geral (Art. 9º, III) encontravam-se alocados 2,20% da carteira, equivalentes a R\$ 16,04 milhões, com rentabilidade média de 3,87% no período. O desempenho foi impactado principalmente pela correção dos ativos internacionais convertidos para reais e pela valorização da moeda brasileira. O principal destaque positivo do segmento foi o fundo AQR LONG-BIASED EQUITIES FIF AÇÕES, que registrou expressiva rentabilidade de 8,63% no mês e acumula 16,09% em 2026. Por outro lado, os maiores impactos negativos vieram dos fundos MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADVISORY FIF INVESTIMENTO NO EXTERIOR, com retorno de 6,26%, e BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IS IE FIF, com 6,09% no período. No acumulado do ano, o destaque permanece com o AQR LONG-BIASED EQUITIES FIF AÇÕES, que lidera o segmento com ganho de 16,09%. Não tivemos movimentações no segmento nesse mês. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior (IE) encerrou julho com desvalorização financeira de R\$ 652.233,06, correspondente a uma rentabilidade de 2,71% no mês. Apesar do resultado negativo no período, a exposição internacional continua exercendo papel relevante na diversificação estratégica da carteira, contribuindo para a redução da dependência dos ciclos econômicos domésticos e ampliando as fontes potenciais de retorno no longo prazo. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS: No mês de julho, 9,23% (R\$ 67,30 milhões) dos recursos permaneceram alocados em Investimentos Estruturados, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025 (art. 10º). Nos fundos Multimercados (Art. 10º, I) encontravam-se alocados 5,54% do patrimônio líquido da RioPretoPrev, totalizando R\$ 40,40 milhões, representados exclusivamente pela estratégia BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO. O fundo apresentou rentabilidade positiva de 0,46% no mês, beneficiando-se do desempenho dos ativos internacionais em moeda local. Nos fundos de participação (art. 10º, III), ficaram 3,69% do PL, o equivalente a R\$ 26,91 milhões, alocados no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual Economia Real II Multiestratégia, no BTG Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP Multi - Classe C, no FIP VCP IV, no XP Selection Prime e no Tarpon Bluefin, com uma valorização média no segmento de 0,17% no mês, refletindo o comportamento heterogêneo das diferentes estratégias de private equity. O desempenho dos FIPs foi marcado por resultados mistos. Entre os destaques positivos estiveram o BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP MULTIESTRATÉGIA, com valorização de 1,68%, e o KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME, com retorno de 0,27%. Por outro lado, alguns veículos registraram desempenhos negativos, mas que condizem com o período de investimento do fundo, a conhecida “curva J”. Não foram registradas novas integralizações de capital nos fundos estruturados durante o mês de julho, permanecendo a carteira com a mesma composição observada no encerramento do mês anterior. De forma geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou julho com valorização financeira de R\$ 231.245,69, correspondendo a uma rentabilidade média de 0,34% no mês. No acumulado de 2026, o segmento apresenta retorno de 11,32%, permanecendo como uma importante fonte de diversificação e geração de valor para a carteira, especialmente por

343 meio das estratégias de multimercados e participações em ativos de longo prazo. DISPONIBILIDADE
344 FINANCEIRA: No fechamento do mês de julho de 2026 todos os recursos estavam aplicados no mercado
345 financeiro fechando as contas com saldo zerado. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA
346 CARTEIRA E OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE RISCOS: Após análise dos resultados, os
347 membros constataram que a carteira está aderente à Política de Riscos 2026. Aqui destacamos que todos os
348 segmentos estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) definidos na Política de Investimentos, em
349 conformidade com a Política de Riscos vigente. Destacamos ainda que a liquidez da carteira está com limites
350 dentro do previsto na Política de Investimentos, sendo de no mínimo 20% resgatáveis em 30 dias.
351 PRINCIPAIS INDICADORES DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS
352 DE JULHO DE 2026: Diante de um cenário econômico que permaneceu desafiador, embora com sinais
353 mais favoráveis para a inflação tanto no Brasil quanto nas principais economias desenvolvidas, a atuação do
354 Comitê de Investimentos continuou sendo fundamental na condução estratégica dos recursos da RioPretoPrev.
355 Nesse ambiente, o monitoramento permanente do cenário macroeconômico, das expectativas de inflação, da
356 trajetória dos juros e dos riscos fiscais seguiu como elemento essencial para a tomada de decisões e para a
357 preservação do equilíbrio entre rentabilidade, liquidez e segurança da carteira. A carteira apresentou
358 rentabilidade positiva no mês de julho, superando a meta atuarial do período e contribuindo para a manutenção
359 do resultado acumulado acima do objetivo estabelecido para o exercício. Com o desempenho observado no mês,
360 a carteira atingiu 101,75% da meta atuarial mensal, registrando retorno de 0,58%, frente a uma meta de
361 0,57%. No acumulado de 2026, a rentabilidade alcançou 6,82%, superando a meta atuarial de 6,75%, o
362 que representa um atingimento de 100,89% do objetivo anual até o período. O resultado obtido reflete,
363 principalmente, a consistência da estratégia de alocação adotada, com destaque para a contribuição da renda
364 fixa doméstica, que permaneceu como principal fonte de geração de retorno da carteira. O desempenho do
365 segmento foi favorecido pelo elevado patamar das taxas de juros, pela recuperação dos títulos indexados à
366 inflação e pela manutenção de uma estrutura de investimentos alinhada às necessidades atuariais e ao perfil
367 previdenciário do regime. Observou-se também contribuição positiva da renda variável doméstica, beneficiada
368 pela recuperação do mercado acionário brasileiro ao longo do mês, em um ambiente de inflação mais comportada
369 e maior confiança dos investidores em relação à continuidade do processo gradual de flexibilização monetária.
370 Em contrapartida, os investimentos no exterior apresentaram desempenho negativo, impactados principalmente
371 pela valorização do real frente ao dólar, o que reduziu os retornos dos ativos internacionais quando convertidos
372 para a moeda local. Os investimentos estruturados mantiveram contribuição positiva, reforçando seu papel
373 complementar na diversificação e na busca de retornos diferenciados no longo prazo. Esse comportamento
374 evidencia a importância da diversificação da carteira, por meio da exposição a diferentes classes de ativos e
375 fatores de risco, como juros, inflação, renda variável, ativos estruturados e investimentos internacionais. Essa
376 composição permite maior equilíbrio dos resultados ao longo do tempo, reduzindo a dependência do desempenho
377 de um único segmento e fortalecendo a capacidade de adaptação da carteira aos diferentes cenários econômicos.
378 Dessa forma, o Comitê de Investimentos permanece atento à evolução do ambiente econômico e financeiro,
379 mantendo postura prudente e diligente na administração dos recursos previdenciários. A gestão segue pautada
380 pelas diretrizes da Política de Investimentos, pelas premissas dos estudos de ALM e pelos objetivos de solvência,

liquidez e sustentabilidade de longo prazo da RioPretoPrev, buscando assegurar o cumprimento das metas atuariais e a adequada proteção dos recursos dos segurados e beneficiários do regime. Segue uma análise detalhada dos principais indicadores que permite observar o desempenho: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL no mês de julho de 2026: RENDIMENTO em julho-2026 (em R\$): 4.223.437,45; RENDIMENTO em julho-2026 (em %): 0,58%; META ATUARIAL em julho-2026 (%): 0,57%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL (%) EM JULHO-2026: 101,75%. RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL ANUAL: RENDIMENTO ano (em R\$): 46.673.710,86; RENDIMENTO ano (em %): 6,82%; META ATUARIAL ano (%): 6,75%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL ano (%): 101,04%; META GERENCIAL (IMA-B) (%): 5,09%; CDI (%): 8,14%; IRF M1 (%): 7,97%; IBOVESPA (%): 10,47%; IBX-50 (%): 11,43%; S&P 500 (BRL) (%): 0,96%; S&P 500 (USD) (%): 9,41 %; MSCI ACWI (BRL) (%): 1,90%; MSCI ACWI (USD) (%): 10,44%%. PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS: ATINGIMENTO DA META ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 113,9%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 94,93%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 126,87%; NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 120,55%; NOS ÚLTIMOS 36 MESES: 113,98%; NOS ÚLTIMOS 48 MESES: 119,50%; DO ANO EM CURSO: 101,04%; DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA: 66,48%; DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 89,64%. Verificaram também as APRs de movimentações efetuadas no mês de julho e as alocações por estratégia. Os membros fizeram análises dos gráficos de dispersão dos fundos, em diversas janelas e segmentos da Resolução CMN 5.272/2025.

Por fim, após análise das informações de investimentos referentes ao mês de julho de 2026, foi emitido parecer favorável quanto à sua precisão e conformidade, aprovado por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, sem votos contrários, abstenções ou declaração de impedimento, com encaminhamento à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, para os fins do item 3.2.6 do Manual do Pró-Gestão RPPS. Fica registrado que os relatórios internos, parecer mensal, relatórios de consultoria, demonstrativos de risco, e demais documentos de suporte deverão permanecer arquivados no processo administrativo correspondente, para fins de rastreabilidade e auditoria. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei avançou para **Análise do Relatório Analítico do 1º semestre/2026 dos Ativos da Carteira de Investimentos da Riopretoprev**, elaborado a partir da abertura detalhada das posições dos fundos de investimento. Inicialmente, registrou que foi identificada pequena divergência de aproximadamente R\$ 600,00 entre os valores consolidados do relatório e o patrimônio efetivo da carteira, diferença considerada irrelevante diante do montante total administrado e decorrente da metodologia utilizada para consolidação das informações extraídas dos arquivos xml de carteira aberta. Prosseguindo a análise, Patrícia Nato Toninato Bartolomei destacou que a composição dos ativos subjacentes apresentava adequado nível de diversificação e que não foram identificadas inconsistências relevantes nos segmentos de renda variável. Contudo,

419 observou que a classificação de risco de crédito apresentada no relatório indicava parcela
420 expressiva de ativos sem classificação atribuída, circunstância que motivou análise
421 complementar por parte da equipe técnica. Após verificação detalhada, constatou-se que a
422 maior parte desses recursos correspondia às Letras Financeiras adquiridas diretamente do
423 BTG Pactual, cujos ratings efetivamente enquadravam-se na categoria *AAA*, mas que não
424 haviam sido corretamente identificados pelo processo automatizado de consolidação das bases
425 de dados utilizadas no relatório. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou que os
426 esclarecimentos sobre os ativos sem rating foram solicitados tanto à consultoria responsável
427 quanto à instituição financeira administradora dos fundos envolvidos. Explicou que a ausência
428 de classificação visualizada no relatório decorria de limitações no cruzamento de dados entre
429 as bases de informações utilizadas para a elaboração do documento, não representando
430 ausência efetiva de classificação de risco dos ativos. Relatou, ainda, que foi realizada
431 conferência individual dos papéis apontados, tendo sido confirmada a existência de
432 classificação compatível com os critérios previstos na Política de Investimentos da
433 RIOPRETOPREV, inclusive para os ativos inicialmente destacados como necessitando de
434 validação complementar. Registrou que os ajustes explicativos foram incorporados ao
435 relatório, de modo a refletir adequadamente a situação dos ativos analisados. Na sequência,
436 Patrícia Nato Toninato Bartolomei detalhou, ainda, que o Relatório Semestral de Diligências
437 elaborado para atendimento às exigências do Pró-Gestão RPPS encontrava-se disponibilizado
438 aos membros, contemplando a análise detalhada dos ativos, sua composição, riscos, liquidez e
439 demais características relevantes para acompanhamento da carteira. Após exame dos
440 documentos, os membros entenderam que o relatório refletia adequadamente a situação dos
441 investimentos administrados pela RIOPRETOPREV. Dessa forma, **os membros**
442 **deliberaram, por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, sem votos contrários,**
443 **abstenções ou declaração de impedimento, pela aprovação do Relatório Semestral de**
444 **Diligências referente ao 1º semestre de 2026.** Na sequência, ao tratar do item VI da pauta,
445 Patrícia Nato Toninato Bartolomei relembrou que havia sido concluído o desinvestimento
446 integral do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE
447 INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA,
448 CNPJ nº 10.740.670/0001-06, permanecendo vigente a estratégia de utilização prioritária do
449 fundo CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP -
450 RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ nº 03.737.206/0001-97, para gestão da liquidez
451 necessária ao pagamento das despesas previdenciárias, com utilização complementar do fundo
452 BRADESCO FIF RF REFERENCIADA DI PREMIUM - RL, CNPJ nº 03.399.411/0001-
453 90, quando necessário. Os membros registraram que as movimentações realizadas durante o
454 período ocorreram dentro do previsto e que a recente aquisição de títulos públicos federais
455 havia proporcionado taxas consideradas atrativas para a carteira, especialmente nos
456 vencimentos intermediários. Também foi destacado que, concluída a reorganização decorrente

457 das alterações normativas recentes, o Comitê retomaria gradualmente as análises de otimização
458 por segmento de investimento, com vistas ao contínuo aperfeiçoamento da alocação
459 estratégica dos recursos. Assim, **os membros deliberaram, por unanimidade, com 5**
460 **(cinco) votos favoráveis, sem votos contrários, abstenções ou declaração de**
461 **impedimento, pela Manutenção das deliberações: a) pela aplicação dos novos recursos**
462 **previdenciários recebidos na CEF, inclusive recursos de Compre, no CAIXA BRASIL**
463 **FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE**
464 **LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, mantendo-se a decisão até nova deliberação;**
465 **b) pelo resgate de recursos para pagamento das despesas relativas aos benefícios**
466 **previdenciários primeiramente do CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF**
467 **REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ:**
468 **03.737.206/0001-97, e, não havendo saldo suficiente, resgate do fundo BRADESCO**
469 **FIF RF REFERENCIADA DI PREMIUM – RL, CNPJ: 03.399.411/0001-90,**
470 **mantendo-se a decisão até nova deliberação.** Dando prosseguimento à pauta, Patrícia
471 Nato Toninato Bartolomei apresentou a nota técnica elaborada sobre o segmento de
472 empréstimos consignados, informando que o documento consolidou os levantamentos
473 realizados pelo Comitê através de dados de instituições financeiras, consultorias especializadas
474 e experiências observadas em outros regimes próprios de previdência social. Destacou que o
475 objetivo da nota consistiu em identificar riscos, oportunidades, condicionantes operacionais e
476 aspectos econômicos relacionados à eventual implementação dessa modalidade de
477 investimento, considerando a limitada quantidade de informações disponíveis sobre
478 experiências já consolidadas em RPPS. Durante a discussão, Adriano Antônio Pazianoto
479 ressaltou que a decisão acerca da adoção ou não da modalidade de empréstimos consignados
480 não competia ao Comitê de Investimentos, mas sim às instâncias competentes da governança
481 do Instituto. Registrou, contudo, que cabia ao Comitê avaliar os riscos envolvidos, a dinâmica
482 operacional e os impactos financeiros da eventual implementação. Nesse contexto, destacou
483 a inclusão, na nota técnica, de análise de sensibilidade relacionada aos custos administrativos
484 envolvidos na operação, demonstrando que a viabilidade e a competitividade da modalidade
485 dependiam diretamente dos custos de intermediação e administração eventualmente
486 contratados. Adriano Antônio Pazianoto ressaltou que a redução dos custos operacionais
487 poderia ampliar os benefícios oferecidos aos segurados sem comprometer a rentabilidade
488 esperada pelo RPPS, enquanto custos excessivos tenderiam a reduzir substancialmente as
489 vantagens econômicas da operação. Também ponderou que eventual estruturação do
490 segmento deveria necessariamente contemplar mecanismos de precificação capazes de
491 remunerar adequadamente os riscos assumidos, preservando o retorno esperado dos recursos
492 previdenciários e observando os princípios de segurança, solvência e sustentabilidade de longo
493 prazo. Patrícia Nato Toninato Bartolomei complementou que o objetivo das análises
494 realizadas não consistia em inviabilizar a modalidade, mas em assegurar que qualquer eventual

495 implementação ocorresse de forma responsável, transparente e alinhada ao dever de proteção
496 dos recursos dos segurados. Destacou que o Comitê buscou identificar não apenas os
497 potenciais benefícios aos participantes, mas também os riscos envolvidos e os mecanismos
498 necessários para preservação do equilíbrio financeiro dos investimentos previdenciários. Os
499 membros convergiram no entendimento de que eventuais decisões futuras deveriam ser
500 precedidas de estudos complementares, incluindo avaliações atuariais, econômicas, jurídicas e
501 operacionais, a fim de subsidiar adequadamente as instâncias responsáveis pela deliberação
502 definitiva sobre o tema. Após ampla discussão, os membros concluíram que a nota técnica
503 refletia adequadamente os estudos realizados, os riscos identificados e as condicionantes
504 necessárias para eventual aprofundamento do tema. Assim, **os membros aprovaram, por**
505 **unanimidade, a nota técnica sobre o segmento de empréstimos consignados.** Sem mais
506 assuntos, a presente reunião foi finalizada após a conclusão da pauta. Para constar, eu, Patrícia
507 Nato Toninato Bartolomei, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai
508 por mim assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por unanimidade, na reunião
509 ordinária de 08/09/2026, primeira reunião ordinária de setembro de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A725-EA09-C32F-4B0C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 08/09/2026 15:31:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 08/09/2026 15:32:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT (CPF 410.XXX.XXX-57) em 08/09/2026 16:20:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 08/09/2026 16:25:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 09/09/2026 16:34:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/A725-EA09-C32F-4B0C>